

PALAVRA DE MULHER¹

Ana Maria Machado
Escritora

Abstract: Evoking her education as a reader and her own literary trajectory, Ana Maria Machado, who writes for children as well as for adults, gives an account of the hurdles and prejudices faced by Brazilian women writers. Special attention is paid to the dominant male perspective in both the press and literary criticism regarding the treatment of women writers.

Key words: Ana Maria Machado; Autobiographical report; Brazilian women writers; critical reception.

Quando me convidaram para vir abrir este encontro em torno a mulheres brasileiras escritoras, ao mesmo tempo me foi sugerido que nesta fala eu desse um depoimento pessoal e evocasse minha trajetória. Imagino que isso talvez possa funcionar como uma espécie de testemunho de uma coletividade – a de minha geração de escritoras, em minhas condições pessoais, já que (como frisava Ortega y Gasset) cada um de nós é a soma de um indivíduo com suas circunstâncias. Imagino também que, ao fazer isso, eu possa estar colaborando para uma espécie de “estudo de caso” por parte dos especialistas que se debruçam sobre a presença feminina em nossas letras. Assim peço desculpas por começar falando de mim e de minha vida, mas busco atender ao que me foi solicitado.

Nasci no Rio de Janeiro na última semana de dezembro de 1941. Venho de uma família de origem humilde, lavradores capixabas no lado materno e imigrantes portugueses no paterno, mas nas duas vertentes havia uma característica comum : a valorização dos livros. O pai de meu pai² deixara o arado e o lagar em que ajudava o pai a fazer vinho na aldeia de Gondomar, e tratou de ir estudar farmácia no Porto. Já formado, sem perspectivas de trabalho em sua terra, veio definitivamente para o Brasil trazendo muito pouco de seu. Em sua parca bagagem carregava alguns livros de que nunca quis se separar. [...]. Mais tarde, já em terras brasileiras, o jovem farmacêutico escolheu para esposa a filha mais velha de outro imigrante português, que viera para Petrópolis algumas décadas antes, apenas com 9 anos de idade, sozinho no porão de um navio, para trabalhar na loja de ferragens de um conterrâneo, em troca de casa e comida. Numa época em que não havia leis trabalhistas limitando a jornada laboral ou o esforço de menores, o menino era o primeiro a começar, arrumando tudo antes de abrirem a loja, e o último a acabar, depois que o comércio se fechava e lhe cabia varrer o chão. Enquanto se esfalfava, jurava a si mesmo que um dia ia fazer com que os filhos estudassem. Assim, minha avó paterna estudou, acima da média do que era dado às moças daquele tempo. Foi ao colegio, aprendeu francês e tratou de mantê-lo afiado, numa forma particular de resistência individual – lendo muito e sempre. Mais de meio século depois, quando eu já estava na faculdade, era para nós duas uma grande alegria podermos nos emprestar livros ou trocar impressões sobre leituras e autores. Mas, para minha tristeza, só muito mais tarde, ela já morta e eu escritora conhecida, é que fui saber que durante anos minha avó tinha escrito regularmente para o Jornal de Petrópolis, sob pseudônimo, numa coluna combativa que defendia os direitos das mulheres e fazia campanha pelo voto feminino.

Do lado materno, vovó Ritinha era uma mulher muito diferente. Era uma moça da roça, muito simples, embora sábia em todas as coisas de cultura não escrita. Foi analfabeta até depois dos vinte. Mal sabia desenhar o nome quando se casou com meu avô, antigo lavrador que colhia café na fazenda do pai dela, no norte do Espírito Santo. Ele é que lhe ensinou a ler e escrever com mais fluência – e tenho comigo os cadernos dessas amorosas aulas, cheios de cópias, ditados, exercícios de caligrafia e de análise,

rascunhos de bilhetes. Esse meu avô foi um apóstolo dos livros e da educação. Muito pequeno, no meio do mato, às margens do rio Cricaré – aprendeu a ler com alguma alma generosa que só pode estar no céu. Saiu devorando tudo o que lhe caiu nas mãos em matéria de escrita. Em pouco tempo, estava ajudando o professor de uma escolinha no povoado vizinho. Aos 13 anos, esse professor o escolheu para um dia substituí-lo e conseguiu que um senhor da cidade grande (São Mateus), de passagem por ali pelo mato, o levasse consigo para ser moleque de recados e ajudante doméstico, em troca de poder ir à escola e continuar os estudos. Lá, em pouco tempo, ele se fez amigo de todas as pessoas que tinham livros – o padre, o juiz, o professor, o farmacêutico... Leu emprestado tudo o que a cidadezinha tinha para oferecer. E acabou mais uma vez sendo encaminhado para mais adiante. Foi para Vitória, de lá para o Rio, estudar engenharia. Com uma condição: em cada lugar de onde saía, pedia para ser substituído por um irmão mais moço, mas mesmas condições – e combinava com esse que depois mandaria buscar outro. Para que todos tivessem a oportunidade de estudar. Uma vocação de educador. Não é de espantar que, além de engenheiro, acabasse sendo professor de matemática e física, durante 50 anos. E abrisse um colégio em Vitória, no porão de sua casa. Tinha paixão pela literatura. Lia muito. Viveu cercado de livros. Era capaz de chegar para uma neta de 12 ou 13 anos com um livrão das viagens de Saint-Hilaire pelo Brasil e dizer : “Leia para ficar sendo seu. Assim ninguém vai poder lhe tirar, nunca.” Irresistível.[...] Sempre dizia era “a única coisa que tenho para deixar para vocês é a educação. E isso não é coisa que se ganhe de uma hora para a outra.” [...] Minha mãe, filha dele, tinha a quem sair. Não apenas porque fez duas faculdades, formando-se em Farmácia e Direito. Mas porque lia sem parar. Têve 9 filhos e isso representava uma trabalhadeira doméstica inimaginável. Porém sempre lembro dela, fiel a sua experiência prévia de funcionária da Biblioteca Nacional no Rio, defendendo seu direito sagrado de parar ao menos meia hora no meio do dia para continuar a leitura em que estivesse mergulhada. Ou amamentando um bebê e lendo um livro ao mesmo tempo. Coisa de sustança, que ela gostava era dos clássicos e não tinha tempo a perder : Tólstói, Machado de Assis, Eça de Queirós. Nisso era ajudada por meu pai, um voraz autodidata. Ele começara a trabalhar desde muito cedo e mal concluía o curso primário. Quando a

conheceu, fez o supletivo (que naquele tempo se chamava artigo 99) e entrou na Faculdade de Direito – que logo largou porque virou jornalista, trabalhava muito e não tinha tempo para as aulas. Para compensar, lia. Mas lia com muito método, porque tinha consciência de que essas leituras constituíam toda a formação que não pudera obter na escola. Comprava a prazo coleções de livros e lia de cabo a rabo. [...] E como os dois, meu pai e minha mãe, conversavam animadamente sobre as leituras, todos nós (a filharada) tínhamos vontade de entrar naquele mundo. A *Ilíada* e a *Odisseia*, *Dom Quixote*, *A Divina Comédia*, *O Paraíso Perdido*, *Vidas Paralelas de Plutarco*, são alguns livros que eu lembro perfeitamente de ver com marcador dentro, pousado numa mesinha de cabeceira. Ou, de repente, ele fazia uma pausa, lia para ela um trecho em voz alta, sublinhava com um lápis [...].

Falei nesse ambiente que me cercava porque acho que é um retrato de algo que só muito mais tarde eu vim perceber que era esquisito e anormal, mas que para mim era absolutamente natural durante toda a minha formação: tinha livro por todo canto. As pessoas à minha volta liam e valorizavam o livro como um bem precioso. Não porque fossem economicamente privilegiadas. Mas porque não concebiam que se pudesse viver sem ler, sem perguntar, sem consultar dicionário, sem procurar respostas.

Além do mais, como vinha de uma casa em que a mulher tinha mais estudo formal do que o homem, via com naturalidade a ideia de que mulher lesse e escrevesse. E conheci algumas escritoras mulheres. Lembro muito bem da primeira. Eu devia ter uns sete anos e estávamos morando em Buenos Aires, quando ganhei um livro de que gostei muito, *Cuentos de Tio Macario*. Desde Monteiro Lobato eu não enfrentava uma obra com tantas páginas e que me fascinasse tanto, com suas histórias passadas no Brasil. Foi uma surpresa descobrir que sua autora era brasileira. Mais que isso, alguém que eu conhecia e que me dera um belo *Robinson Crusoe* de presente no Natal. Tratava-se de Lília Besouchet, cronista, ficcionista e premiada biógrafa, mulher do jornalista Newton Freitas, amigo de meu pai. Era capixaba como minha mãe, conhecia meus avós. E escrevera aquele livro lindo.

Lembro também da segunda. Uns três anos depois, de volta ao Brasil, papai estava lendo um livro cheio de historinhas curtas que, a todo momento, ele fazia uma pausa para ler em voz alta. Chamava-se *As Amargas, Não*. Fora escrito por Alvaro Moreyra e era uma seleção de memórias. Um dia, ao sairmos de casa em Copacabana, encontramos um casal na esquina e os adultos começaram a conversar. Falavam no livro. Muito metida, comentei alguma das historinhas que tinha ouvido. Os dois ficaram espantadíssimos de que uma menina conhecesse a obra. A mulher perguntou meu nome e eu disse. Perguntei também o nome dela – Eugênia Moreira foi a resposta. Com o esclarecimento de que também era escritora, casada com o autor do livro, aquele senhor ao lado dela. Nada demais. Mulher escrevia, como homem escrevia. Aquela era mais uma, que vinha se juntar a outros nomes que eu já ouvira elogiar em casa – como o de Zora Seljan, por exemplo. Ou os de Adalgisa Nery e Cecília Meireles, muitas vezes acompanhados de referências ao fato de serem mulheres lindas. Mais ou menos nessa época (início da década de 50) eu já conhecia de nome algumas outras autoras, que lia toda semana na revista *O Cruzeiro* (mesmo se não lesse o que elas escreviam). Havia a Raquel de Queiroz, publicando um artigo na última página – que eu quase nunca lia, porque não contava histórias. Mas lia o capítulo do folhetim, romance publicado em série durante semanas a fio, quase sempre assinado por mulheres cujos nomes eu guardava: Sra. Leandro Dupré (o que muito me espantava, uma mulher com nome de homem), Lazineha Luís Carlos de Caldas Brito (epa!, outra com um nome de homem no meio), Dinah Silveira de Queiroz, Isa Silveira Leal, a mesma Lucia Benedetti cuja peça teatral *O Casaco Encantado* eu assistira no Teatro Municipal, e talvez outras que não lembro.

Em entrevistas e depoimentos escritos, Lygia Fagundes Telles, a quem muito admiro e quero bem, tem repetido que, ao fazer suas escolhas profissionais, na São Paulo da virada dos anos 30 para os 40, ouviu várias vezes de sua mãe que ela se arriscava a não casar, porque estava escolhendo profissões masculinas e nenhum marido ia querer saber de uma advogada e escritora. Paralelamente, Alberto da Costa e Silva, em *O Espelho do Príncipe*, o primeiro volume de suas memórias, conta que ao chegar ao Rio durante a Segunda Guerra foi visitar um primo de sua avó, o jurista Clóvis Bevilacqua, e conheceu a mulher dele, a escritora Amélia de Freitas. E no próprio prédio onde foi morar, vivia a escritora e folclorista Marisa Lira. Faz esse comentário de passagem, e se vê que a existência das duas não lhe causou qualquer estranheza. Fico sem saber exatamente em que ponto as diferentes circunstâncias pessoais se distanciam. As lembranças dele e de Lygia são da mesma época. Ele no Rio, ela em São Paulo. Ele homem, a mãe dela mulher e preocupada com o futuro conjugal da filha. Mas vejo também outra diferença. Uns doze ou quinze anos se passam entre a lembrança de Lygia e a minha. Eram justamente os anos de guerra e pós-guerra, que devem ter acelerado muito essas mudanças de mentalidade. E há também a distância entre a visão de quem vivera sobretudo em cidades do interior da província e quem vivia na Capital da República, mais cosmopolita, num meio mais boêmio, de jornalistas e intelectuais. É verdade que Alberto vinha do Nordeste, mas era filho de pai poeta, o que poderia colaborar para atenuar laivos provincianos.

Outra memória alheia paralela: mais ou menos nessa época, em 1949, aos 12 anos a menina Nélide Piñon decidiu ser escritora como conta em *Aprendiz de Homero*. Comunicou ao pai sua decisão – sem qualquer espanto ou reprovação por parte dele, bem como do repórter Arquimedes que ambos conheceram numas férias em São Lourenço e cuja influência ela relembra. A decisão foi aceita com normalidade, portanto. Mas sua

família vinha da Europa, gostava de livros. E a mãe era fascinada por narrativas. Tanto que costumava apelar para elas quando queria convencer a filha a comer mais uma garfada de comida, prometendo em troca mais um trechinho de uma história a ser contada. Ninguém disse então à menina que escrever não era próprio de mulher.

No entanto, poucos anos antes, em 1941, estreando em jornalismo, a estudante de Direito Penal Clarice Lispector publicara um artigo questionando o autoritarismo e o direito de punir. Bastou isso para que um colega classificasse o texto de “sentimental”, adjetivo que dificilmente seria escolhido para se aplicar a um texto de autor masculino. (E Rodrigo, narrador de seu último livro publicado em vida, *A Hora da Estrela*, de 1977, se justifica como necessário pela narradora implícita porque, se não fosse um homem a contar, mulher iria “lacrimejar piegas”). A mesma Clarice, aos 14 anos, escrevera uns contos. Um deles foi publicado por Raimundo Magalhães Junior numa revista chamada *Vamos ler!*, mas só depois que a menina lhe garantiu que não o copiara de ninguém. Também Raquel de Queiroz, quando aos vinte anos, em 1930, se revelara como escritora para o Brasil com *O Quinze*, teve de comprovar que era mesmo a autora do romance – e durante muito tempo continuaram sendo reiteradas as insinuações de que devia se tratar de um pseudônimo, pois o autor só podia ser homem, jamais uma mulher escreveria com aquela força.

Enfim, todas essas circunstâncias diferentes, um tanto díspares, mas que se tangenciam, vão mostrando que há uma constelação de variáveis na qual nós, escritoras brasileiras, nos movimentamos, mas cujas estrelas dialogam entre si. Assim, em minha geração e em meu meio (o que inclui classe econômica mas também ambiente cultural), não tive consciência de enfrentar proibições ou barreiras nítidas quanto à possibilidade de me expressar por escrito. Não fiz parte do grupo pioneiro que teve de lutar para se impor. Quando cheguei, o caminho já fora aberto por elas, a

quem sou grata, e eu nem mesmo tinha noção disso. Ser mulher não era uma questão impeditiva para publicar ou ser lida. Mas nunca, nem por um instante, ignorei a trajetória que as mulheres de minha família percorreram, desde minha avó analfabeta: minha mãe com seus dois cursos universitários sem jamais exercer a profissão, eu tendo oportunidade de estudar e fazer pós-graduação no exterior, minha filha matriculada numa pré-escola desde bem pequenina, minha neta de 9 anos se sentindo suficientemente confiante hoje para velejar sozinha, além de ir a escola e ter suas aulas de línguas.

Por outro lado, sempre houve, com frequência, uma porção de atitudes preconceituosas girando em órbitas mais ou menos próximas e tangentes. Umas abertas, outras disfarçadas. Ainda em criança, quando eu dizia que queria ser agrônoma quando crescesse (convencida de que essa profissional era uma médica de plantas) sempre encontrava um adulto a listar razões para que uma mulher não pudesse exercê-la. Também como jornalista, ao ser designada para um cargo de chefia e poder, teoricamente com salário igual a de meu antecessor masculino, só mais tarde fui descobrir que me pagavam o que ele ganhava, sim, mas os vencimentos do dia em que fui contratada, uma semana antes do reajuste anual da categoria, que não me foi estendido, num tempo de inflação desenfreada. Mesmo assim, a cada reunião mais tensa com meu superior imediato – fosse em torno aos embates com a censura do governo militar, fosse discutindo questões de gestão do orçamento e política de pessoal – eu acabava ouvindo que devia ter juízo, me comportar bem, e não me arriscar a perder um emprego que me remunerava com “o maior salário feminino da imprensa brasileira”, como faziam questão de lembrar. Salário que me permitiu comprar um apartamento para morar e, de acordo com o que planejei, poder largar o jornalismo no dia exato em que o acabei de pagar, para ser dona do meu tempo e tentar me dedicar apenas a viver de livros sem a pressão do aluguel nem das prestações altíssimas.

Mas em matéria de preconceito contra mulher que escreve, ainda nesse tempo, chefiando o jornalismo da Rádio Jornal do Brasil, houve um episódio exemplar. Minha equipe se compunha de dezenas de repórteres e redatores no Rio, várias sucursais pelos estados e meia dúzia de correspondentes estrangeiros, cujos serviços eu dividia com o Jornal. Todos sob meu comando. Mas uns poucos eram exclusivos do rádio-jornalismo, contratados e pagos pela editoria que eu chefiava. Certa vez, já em 1977, quando a censura prévia à mídia impressa já fora suspensa mas ainda se mantinha para rádio e tevê, eu recebi um convite, motivado pelo meu lado acadêmico que nunca deixei. Fui instada a apresentar um trabalho sobre a censura à imprensa no Brasil, em um encontro da LASA – Latin American Studies Association – que se realizaria em Houston, Texas. Tirei uns dias de minhas férias acumuladas e fui. Mas antes, percebendo que o congresso tinha um rico temário e que era enorme a variedade das comunicações que interessavam ao leitor brasileiro naquele momento político (em nosso processo de crescentes tentativas de resistência democrática), preparei-me também para fazer a cobertura. Sendo um encontro acadêmico, a única coisa que podíamos dar em noticiários de rádio eram pequenos *flashes*, por uma questão de adequação ao veículo e ao formato. Então propus uma parceria ao secretário de redação do jornal, que funcionava no mesmo prédio, no mesmo andar. Eu iria ao encontro por minha conta e deslocaria o correspondente exclusivo da rádio nos Estados Unidos para reforçar o trabalho. Mas além de enviar nossos *flashes* curtos para a rádio, mandaríamos matérias mais completas para o jornal, a custo zero. Ele topou e assim fizemos. Na cobertura, os dois (eu e o correspondente então a mim subordinado) nos desdobrávamos. Em cada horário, cobríamos integralmente quatro sessões – as duas a que comparecíamos e outras duas em que deixávamos nosso gravadores sobre a mesa. Depois, no horário das refeições ou de noite, ouvíamos e resumíamos o que estava gra-

vado. Entrevistávamos brasilianistas pelos corredores. Acompanhamos (e ajudamos a redigir) os bastidores de um manifesto de intelectuais estrangeiros pelas liberdades no Brasil. E todo dia mandávamos por telex nosso material apurado e escrito. O jornal publicou tudo. Quase sempre, com chamada de primeira página. Mas apenas o nome do correspondente da rádio assinava a matéria. Ele reclamou por telex, corrigiu, explicou que os dois trabalhávamos juntos e eu o chefiava, organizava as pautas e editava as matérias. Mas não adiantou, continuava a sair apenas o nome dele. Resolveu telefonar e esclarecer. Pediu para falar com o secretário de redação, nosso amigo, jornalista brilhante e respeitado. A resposta que ouvimos foi inesquecível: “Enquanto eu mandar nesta bosta, mulher nenhuma assina porra nenhuma no primeiro caderno.” E mais algumas coisas que não lembro textualmente, dizendo que lugar de mulher era no Caderno B, onde eu já escrevia sobre criança e tratasse de me contentar com isso. Ou seja, a censura militar da ditadura já caíra nos jornais. Mas o veto machista à palavra feminina continuava de pé.

Como escritora, não encontrei nada parecido por parte de editores. Dos colegas jornalistas, já não posso dizer o mesmo. Em uma das resenhas ao meu primeiro romance, *Alice e Ulisses*, que em geral recebeu críticas bem favoráveis, o então editor de um prestigioso jornal paulista fez questão de se mostrar irritado com o que classificou de “só podia mesmo ser um livro escrito por mulher”, usando expressões como “tipicamente de uma cabeça feminina” e coisas no gênero. Anos depois, numa resenha ao romance *O Mar Nunca Transborda*, outro jornalista, desta vez carioca, ex-chefe de reportagem que se esqueceu de fazer apuração, partiu para desmontar meu livro munido de Virginia Woolf. Devia se achar muito esperto e irônico usando uma mulher contra outra. Os argumentos (dele) eram que eu estragava a história por fazer uma personagem feminina forte no século XVII, pretendendo pregar ao leitor e

fazer panfleto proselitista: citou um grande exemplo de como minha personagem era falsa porque uma escrava não poderia ter aquelas atitudes de enfrentamento, falou do meu discurso político como uma forma de feminismo sub-reptício, etc. Mas seguramente não chegou a ler o livro, pois todo o raciocínio perdia o valor por um fato muito simples: a personagem em questão era uma portuguesa, descrita como louca de olhos azuis, órfã de mãe e preparada pelo pai para tomar conta da casa e da roça. No caso, bastou ao crítico abrir a esmo alguma página, ver seu nome feminino e sua reação contra um feitor violento que tenta estuprá-la e chegou a conclusões estapafúrdias. Foi apenas um pretexto para tecer suas doudas considerações gerais sobre mulheres que escrevem. Sobre tudo, a de atribuir ressentimento e cólera à escrita delas, e explicar o fato de que as personagens femininas são marcantes e avultam na narrativa como corajosas porque “a escrita das mulheres (tem) um elemento ausente da escrita masculina”, que distorce e dá debilidade artística, devido ao desejo de defender causa pessoal, algum desgosto ou injustiça sofrido, o que passa a acarretar maus resultados.

Essa não é, porém, a regra geral hoje em dia. Mais frequente é outra superposição: uma mídia sem qualquer hostilidade às escritoras mulheres, mas que reflete um público de leitores homens que preferem não ler ficção – como medem e assinalam todas as pesquisas. A atitude discriminatória daí resultante se abate igualmente sobre homens e mulheres. Recentemente, uma declaração do escritor Ruy Castro, biógrafo e ficcionista, chamava a atenção para esse fenômeno. Disse ele que, tendo uma coluna em jornais, os colegas jornalistas não o ignoram: geralmente seus livros encontram boa repercussão. Mas sublinha que só tem vez quando não escreve ficção, porque então qualquer jornalista pode falar em seu livro ou vir entrevistá-lo apenas se ocupando do assunto de que ele trata – seja bossa nova, Ipanema, Nelson Rodrigues e o Fluminense, Garrincha e

o Botafogo, Carmen Miranda e a música popular. Mas quando publica ficção, encontra o silêncio. Segundo ele, porque nesse caso o jornal apenas registra o fato repetindo o *press release*, porque para uma matéria maior o jornalista precisaria ler o livro antes. E ninguém mais lê. Sobretudo, isso não se faz em caso de romance.

Toco nesse aspecto porque me parece uma sutil variante do nosso tema. Mulheres escritoras hoje podem não ser vistas exatamente com preconceito. Mas, sem dúvida, há um tratamento diferente para quem escreve poesia ou ficção (esse gênero cada vez mais considerado feminino) e quem escreve não-ficção. Nem vou falar da ficção classificada no subgênero da chamada literatura infantil, francamente menosprezada ou tratada com condescendência paternalista. Mas a atenção com que são recebidas obras de história, jornalismo, ciências sociais, biografia, etc., escritas por mulheres, não encontra a mesma equivalência quando elas escrevem conto, ficção ou poesia. Nem mesmo por parte dos estudiosos especialistas no assunto – por exemplo, professores universitários de literatura brasileira. Estes, em sua maioria, sistematicamente ignoram a produção recente dessa área. Um deles, dos mais conhecidos e respeitados do país, depois de ler meu *Palavra de Honra*, me escreveu dizendo que era um romance magnífico, que o comovera, e afirmou que assim eu comprovava estar pronta para finalmente deixar a literatura infantil e passar a escrever romances. Como se estivesse passando de ano depois de muito tempo como repente na escola. Como é que eu podia dizer a um catedrático de literatura brasileira (da que talvez seja a mais conceituada universidade do país) que eu os escrevo há mais de 30 anos e aquele era o meu oitavo romance a ser publicado, vários premiados, todos no *mainstream*, por nossas grandes editoras? Ou como é possível se proteger da ignorância de jornalistas pretensamente especializados? – sempre com as gratas e honrosas exceções de praxe.

Até mesmo estudiosas mulheres, incluindo algumas que têm uma atividade quase militante no setor, caem por vezes nessas armadilhas de generalizar a partir do não lido, apenas repetindo conceitos prévios que já lhes chegam quase prontos. Recentemente, por acaso, deparei-me com dois textos de duas delas (que não cito, por carinho). Ambas lamentavam que em nossa literatura a ficção escrita por mulheres ainda fique confinada ao âmbito doméstico e que não nos abramos para um contexto social mais amplo. Claro, sei que com isso seguiam a observação de Malcolm Silverman, que propôs essa leitura, ao focalizar obras publicadas até 1984 (e, assim, excetuar apenas Lygia Fagundes Telles, Clarice e Tania Faillace). Ou então, repetiam as observações de Hélène Cixous e Julia Kristeva para outro contexto.

Mas esse diagnóstico não corresponde aos fatos, corresponde apenas a um certo açodamento e ao desconhecimento do que se publica. Quem lê, pensa diferente. Ou então, Eduardo Portella não teria afirmado da obra de uma mulher que o meu *"Tropical Sol da Liberdade"* é, provavelmente, o melhor e mais importante romance político da literatura brasileira contemporânea." Ou Heloísa Buarque de Holanda não teria escrito que o mesmo livro é "um dos mais belos e precisos documentos sobre a geração que sonhou mudar o país na década de 1960" e a faz duvidar de sua convicção (da qual compartilho, aliás) de que não existe uma escrita explicitamente feminina. Convicção nesse caso abalada pela constatação de que pode não existir essa escrita como tal mas existe, sim, uma memória que deixa marcas específicas e é reconstruída de modo específico.

Analogamente, um estudo de Roberto Vecchi³ da Universidade de Bologna, apresentado num Congresso na Itália, examina esse meu romance sob o título de *A Memória no Feminino*, destacando sua capacidade de "abrir uma dimensão à pluralidade alheia e à essência autêntica

do passado” e de “reabilitar linguagens e percepções menos ouvidas”, provocando e possibilitando uma troca de experiências entre narradora e leitores. Tenho em meus arquivos críticas de mais doze artigos de jornal sobre esse livro, da época de seu lançamento em 1988, de diferentes estados do Brasil, com comentários nessa mesma linha. E algumas monografias de universitários e pós-graduandos. E tenho certeza de que minha obra não é a única a explorar essa vertente. Apesar disso, o cânone que a crítica universitária vai estabelecendo insiste em ignorá-lo. Foi escrito por uma mulher – ainda por cima, uma autora que não se peja de escrever também para crianças.

Só citei esses exemplos porque acho que configuram um caso exemplar. Nada disso basta para que um romance contemporâneo seja reconhecido e incorporado, por exemplo, a histórias da literatura brasileira que pretendem incluir a contemporaneidade, muitas vezes publicadas por editoras das principais universidades do país. (Às vezes até escritas por mulheres). Obras de referência que alimentam pesquisas posteriores e tenderiam a consolidar um cânone paralelo ou alternativo. Têm, portanto, uma responsabilidade enorme e deveriam revelar um grau de exigência mais apurado. Se isso ocorre em relação a livros premiados, de uma autora conhecida e prestigiada, do eixo Rio-São Paulo, escrevendo há quarenta anos, com boa vendagem de livros, dona de um nome com alguma presença na mídia, membro da Academia Brasileira de Letras, etc., bem podemos imaginar a barreira de desconhecimento e silêncio enfrentada por quem tem todas as dificuldades de divulgação e acesso ao grande público.

Tenho a impressão de que é por aí que o preconceito se infiltra hoje em dia. Não mais em termos abertos, criticando mulher que escreve nem o que as mulheres escrevem. Mas com mais simplicidade e eficiência: ignorando sistematicamente a leitura de seus textos, nos

campos literários onde elas são mais ativas, o da ficção e da poesia. Sobretudo ficção, já que a poesia, agora com a internet, parece estar encontrando um circuito próprio. Há pouco tempo, um amigo meu, poeta consagrado e fino crítico, inteligente e sensível, em plena produção ativa, me deixou pasma ao comentar com impaciência: “Nunca leio romance. Não tenho o menor saco.” Tudo bem, é seu direito. Mas então pare de escrever ou falar generalidades vazias sobre a literatura brasileira contemporânea, limite-se apenas a comentar de perto os textos que lê.

Creio que é principalmente por aí que as mulheres ainda encontram barreiras no Brasil literário de hoje, no confronto com um *Establishment* que trata a ficção como algo menor e ultrapassado, os estertores de um gênero decadente, sem vestígio da grande era dos romances escritos por homens (“eles sim, mestres incontestes”), admitindo-se apenas uma ou outra brecha para uma ou outra mulher icônica, geralmente Clarice. No caso da ficção brasileira de nossos dias, de homens e mulheres, tão rica, tão variada, tão polifônica, tal atitude não consegue mais esconder a ignorância dos que deitam regras a respeito de uma narrativa que se reinventa, seja no hibridismo de gêneros, seja na exploração de uma linguagem urbana nervosa, seja em tantas outras possibilidades que vêm sendo exploradas. Parece-me que uma discussão desse tema hoje deve necessariamente passar pelo reconhecimento dessas ambiguidades e equívocos. Pois afinal, como lembra Marisa Lajolo⁴ nas palavras com que encerro estas reflexões:

A presença da mulher no romance – lendo-o, escrevendo-o ou protagonizando-o – não apenas deu voz a metade da humanidade que permanecia calada ao tempo em que as letras eram território exclusivamente masculino (o que já não é pouco...), mas também deu vida e fôlego longo ao romance, gênero por excelência da modernidade.

NOTAS

- ¹ Palestra inaugural no Encontro Internacional de Escritoras, em Nova York, NY, em 14/10/2009.
- ² E aqui repito o que já contei em “De Leitora a Escritora”, publicado em *Texturas*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- ³ *Maschere: Le Scritture delle donne nelle culture iberiche* – Atti del Convegno di Venezia e S. Donà di Piave, 25-27 gennaio 1993, a cura di Susanna Regazzoni e Leonardo Buonomo, Colsiglio Nazionale delle Ricerche, Roma: Bulzoni Editore.
- ⁴ *Como e Por que ler o Romance Brasileiro*, Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

Ana Maria Machado é Doutora em Linguística e Semiótica pela École des Hautes Études de Paris. Formada em Letras, lecionou na UFRJ e na PUCRJ. Trabalhou no Jornal do Brasil e na Rádio JB, em que foi chefe de Radiojornalismo. Por sua literatura para criança, recebeu o Prêmio Hans Christian Andersen em 2000. É membro da Academia Brasileira de Letras.

Artigo recebido em 22/10/2009. Aceito em 30/10/2009.